

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo do Mestrado em Direito do Centro Universitário Cesmac, cumprindo o regimento interno do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, torna público o RESULTADO FINAL do processo seletivo, nos termos do Edital Turma V – 2025.

PROCESSO SELETIVO: MESTRADO ANO/SEMESTRE: 2025							
IES: CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC CURSO: MESTRADO EM DIREITO - TURMA V							
CANDIDATO	ANÁLISE PRELIMINAR DE PROJETO DE PESQUISA PESO 4			IDIOMA PESO 2	ENTREVISTA PESO 4	FINAL	SITUAÇÃO
	TÍTULO DO PROJETO						
1.	CAMILA MILITÃO AGRA RODRIGUES	A EFICÁCIA DOS MECANISMOS DE CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A MITIGAÇÃO DE DESVIOS COMPORTAMENTAIS: UMA ABORDAGEM ÉTICA E SOCIOLÓGICA DOS LIMITES DA MORALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	8,25	9,0	9,75	90	APROVADA E CLASSIFICADA
2.	WÁBLIO WILLIAN LEANDRO SILVA	A GOVERNANÇA COMO INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO E EFICIÊNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	8,75	8,25	8,5	85,5	APROVADO E CLASSIFICADO
3.	LINDINEIDE OLIVEIRA CARDOSO	REAJUSTE ORDINÁRIO COM DATA BASE INFERIOR À ANUALIDADE DO ORÇAMENTO ESTIMADO: FLEXIBILIZAÇÃO E EFICIÊNCIA ECONÔMICA EM SUBSTITUIÇÃO AO “APEGO CEGO” AO CRITÉRIO ANUAL DE REAJUSTE	9,0	7,5	8,5	85	APROVADA E CLASSIFICADA
4.	FLÁVIA CAROLINE FONSECA AMORIM	ANÁLISE DO FIM DA NULIDADE ABSOLUTA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM O ADVENTO DA LEI 14.133/2021 À LUZ DA LINDB, PERANTE OS TRIBUNAIS SUPERIORES	8,5	8,5	8,0	83	APROVADA E CLASSIFICADA
5.	SHIRLEY AYRES OLIVEIRA	O ASSÉDIO PROCESSUAL COMO FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER: UMA ANÁLISE SISTÊMICA DO ABUSO DO DIREITO DE AÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	9,75	7,5	7,0	82	APROVADA E CLASSIFICADA
6.	BRUNA JUCÁ TEIXEIRA MONTEIRO	A TUTELA DO DIREITO À SAÚDE E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SUS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ACESSO IGUALITÁRIO AO TRATAMENTO PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	9,25	8,5	7,0	82	APROVADA E CLASSIFICADA



CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO

7.	JUCELIO FERREIRA DA SILVA	O ESTADO DE CUMPRIMENTO DE PENA EM ALAGOAS: GESTÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL	8,0	8,5	8,0	81	APROVADO E CLASSIFICADO
8.	CARLOS ROBERTO MARQUES DA SILVA	A LICITAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	7,0	8,5	9,0	81	APROVADO E CLASSIFICADO
9.	GESUALDO MENEZES CAVALCANTE	GESTÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS DA UNIÃO, REGULARIZAÇÃO E O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DOS TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS: UM ESTUDO DE CASO NA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM ALAGOAS (SPU/AL)	9,0	5,25	8,5	80,5	APROVADO E CLASSIFICADO
10.	CLARISSE DE OLIVEIRA LYRA	AMOR ROMÂNTICO E DIREITO DE FAMÍLIA: A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS RELAÇÕES FAMILIARES E NAS TRANSFORMAÇÕES LEGISLATIVAS	9,0	6,0	8,0	80	APROVADA E CLASSIFICADA
11.	CRISTIANO MACHADO TAVARES MENDES	A MITIGAÇÃO DA DEFESA EM CASOS DE CRIME CONTRA A MULHER: O ESPECIAL RELEVO DE SUA PALAVRA E A SUBVERSÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	8,0	8,0	8,0	80	APROVADO E CLASSIFICADO
12.	ARTHUR STUART RODRIGUES ROCHA MENDONÇA	DAS POTENCIALIDADES DO DREX (REAL DIGITAL), DOS SMART CONTRACTS E DAS TECNOLOGIAS DE BLOCKCHAIN COMO FERRAMENTAS PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO INCLUSIVO	9,75	7,0	6,5	79	APROVADO E CLASSIFICADO
13.	SÉRGIO RAMOS COSTA JÚNIOR	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO FOMENTADOR DE EFETIVIDADE À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, À SATISFAÇÃO ADMINISTRATIVA E COMO CATALISADORA DO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATAIS	8,0	8,5	7,5	79	APROVADO E CLASSIFICADO
14.	PEDRO HENRIQUE DE SOUZA	DIREITO À PRIVACIDADE E A PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES PRIVADAS EM UM CENÁRIO GLOBAL INTERCONECTADO	9,0	8,5	7,0	79	APROVADO E CLASSIFICADO
15.	MARIA GHABRYELA SÁ LEITE DE ARAÚJO MELO	A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CRIAÇÃO DE LEIS MUNICIPAIS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS	9,5	5,5	7,0	77	APROVADA E CLASSIFICADA
16.	EDGAR FERREIRA DE OLIVEIRA CALIXTO ALMEIDA	ESTADO DE DIREITO, BEM COMUM E OS LIMITES DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DOS LIMITES ESTRUTURAIS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL A PARTIR DA OBRA DE JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUSA	9,5	7,5	5,75	76	APROVADO E CLASSIFICADO


CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO

17.	RAPHAELA BRASIL BARBOSA	COMPRAS GOVERNAMENTAIS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE	7,5	7,0	8,0	76	APROVADA E CLASSIFICADA
18.	CARLOS HENRIQUE ARAÚJO ALMEIDA LIMA	(DES)INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ALGORITMOS E DEMOCRACIA	8,75	4,25	8,0	75,5	APROVADO E CLASSIFICADO
19.	JOSÉ HAMILTON RAMOS AZEVEDO	ADOÇÕES DE DIFÍCIL COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA: ADOÇÃO TARDIA, DE GRUPO DE IRMÃOS, DE ADOLESCENTES E DE CRIANÇAS COM PROBLEMA SAÚDE - UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO PERFIL DAS ADOÇÕES NO BRASIL A PARTIR DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO	7,0	7,5	8,0	75	APROVADO E CLASSIFICADO
20.	RAFAEL SANTANA LOPES	O IMPACTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA RELAÇÃO COM A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO DIREITO PENAL	7,0	6,5	8,5	75	APROVADO E CLASSIFICADO
21.	JOÃO RAFAEL RIBEIRO ARAÚJO	A EFETIVIDADE DO DIREITO À PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	8,0	8,0	6,5	74	APROVADO E CLASSIFICADO
22.	CAROLLINE GÊDA PEIXOTO MELO ALMEIDA LOPES	A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	7,0	7,0	8,0	74	APROVADA E CLASSIFICADA
23.	MATEUS ALVES DA COSTA SANTOS	IMIGRAÇÃO VENEZUELANA E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E FINANCIAMENTO EM CONTEXTO DE CRISE DEMOCRÁTICA	9,5	7,5	5,25	74	APROVADO E CLASSIFICADO
24.	MARIA ALICE DE SOUZA VAN DER LINDEN	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: PSICOPATOLOGIA OU COSTUME, UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS AGRESSORES	8,25	8,0	6,0	73	APROVADA E CLASSIFICADA
25.	RAYANNA VICTORIA ARAÚJO DA SILVA BARBOSA	RELAÇÕES PATRIMONIAIS E MOEDAS DIGITAIS: O ALCANCE DO DIREITO NA OCULTAÇÃO DE PATRIMÔNIO ATRAVÉS DE TOKENS	7,25	6,0	8,0	73	APROVADA E CLASSIFICADA
26.	LUCIANA DOS SANTOS LIMA FERRO SOUSA	A UTILIZAÇÃO DOS MECANISMOS EXTRAJUDICIAIS E DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS, NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO E NA MITIGAÇÃO DA SOBRECARGA JUDICIAL	8,0	8,5	5,5	71	APROVADA E CLASSIFICADA
27.	HERÓFILO SOARES SOUZA PANTALEÃO FERRO	IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSAS PREVISTOS NO PRESÍDIO FEMININO SANTA	8,5	7,0	5,5	70	APROVADO E CLASSIFICADO


CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO

		LUZIA EM MACEIÓ-AL: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DAS EXPERIÊNCIAS LABORAIS PÓS-CÁRCERE NO MEIO SOCIAL					
28.	LETÍCIA MARIA DE OLIVEIRA AMORIM	VOZES INVISÍVEIS: DIREITOS HUMANOS E RESISTÊNCIA NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA A PARTIR DA ANÁLISE DE QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA DE CAROLINA MARIA DE JESUS	9,0	7,5	4,5	69	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
29.	SÉRGIO HENRIQUE TENÓRIO DE SOUSA BOMFIM	ANÁLISE DOS ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL REALIZADOS NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS NAS VARAS DE MACEIÓ COM A PARTICIPAÇÃO DO GAESF	7,5	6,5	5,80	66,2	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
30.	CARLA ALINE CORREIA DE MELO	OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES E AS DIFICULDADES DO ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE SOBRE AS DEMANDAS JUDICIALIZADAS EM ALAGOAS	9,0	6,0	4,5	66	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
31.	ESTÉFANO DA SILVA SANTOS	O IMPACTO DO GARANTISMO NA LUTA CONTRA FACÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL	8,0	5,0	6,0	66	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
32.	VERÔNICA MARIA GOMES MONTENEGRO	A SEGURANÇA PÚBLICA COMO DIREITO NO ÂMBITO EDUCACIONAL: ESTUDO DE CASO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACEIÓ-AL	8,0	7,5	4,65	65,6	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
33.	DARLAN FRANCISCO ROCHA DOS SANTOS	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DA EJA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO AGRESTE ALAGOANO: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO PÚBLICO, SUBJETIVO E HUMANO	9,0	0,0	7,25	65	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
34.	LYDIANNE FERREIRA PORFIRIO	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO DIGITAL FRENTE ÀS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NA GOVERNO DIGITAL	8,25	4,0	6,0	65	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
35.	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	A MITIGAÇÃO DOS DIREITOS DO RÉU NO TRIBUNAL DE JÚRI ATRAVÉS DO STF	8,0	7,5	4,5	65	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
36.	LUCELIA TENORIO DE BRITO	ESTUDO DE CASO ETNOGRÁFICO SOBRE A REGULAÇÃO DO DIREITO DA MODA NO COMPLEXO ALAGOANO DE INOVAÇÃO: O SEBRAE E O CENTRO DE INOVAÇÃO DO JARAGUÁ IMPLANTANDO ASPECTOS JURÍDICOS DA ECONOMIA CRIATIVA DA MODA	7,0	4,0	7,0	64	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
37.	RAYZA RICHAM SANTOS FERREIRA	IMPACTO DO SUS NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE E GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE PARA JOVENS DE 15 A 24 ANOS COM ASPECTO AUTISTA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO BAIRRO VERGEL DO LAGO, MACEIÓ	7,5	4,0	7,5	64	APROVADA E NÃO CLASSIFICADA


CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO

38.	EVERSON DE OLIVEIRA E SILVA	A LIMITAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA EM VIRTUDE DA BAIXA ESCOLARIDADE DO INDIVÍDUO E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE DISCIPLINA DE NOÇÕES BÁSICAS EM DIREITO NA GRADE COMUM CURRICULAR	6,75	8,5	5,25	65	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
39.	PRISCILLA GUIMARÃES LESSA N. CAVALCANTE	A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE E A ATUAL RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE AUTONOMIA DA VONTADE DO PACIENTE	8,5	1,0	7,0	64	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
40.	WAGNER TINÔ DE CARVALHO	O PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL NA RELAÇÃO ESTADO/CIDADÃO DA PESSOA IDOSA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA POPULAÇÃO IDOSA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO	8,0	5,0	5,25	63	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
41.	LARISSA CARLA JORDÃO CARDOSO CARVALHO	O PAPEL DO JUIZ NA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: RISCOS E BENEFÍCIOS DA AUTOMAÇÃO NO JUDICIÁRIO	7,0	8,0	4,5	62	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
42.	MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE JUNIOR	A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, COMO INSTRUMENTO EFICAZ NO COMBATE À CRIMINALIDADE: GRAVE AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	8,0	3,0	5,75	61	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
43.	GILVONETE MARIA DA SILVA	O DIREITO DE LAJE E SEUS IMPACTOS NO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE: A TUTELA CIVIL DOS BENS JURÍDICOS NOS DIREITOS DE PROPRIEDADE, POSSESSÓRIO E SUCESSÓRIO NO CONTEXTO DO DIREITO DE LAJE	8,5	4,0	4,5	60	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
44.	JOÃO EDUARDO FARIAS SANTOS CABRAL	A POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA EXECUÇÃO DOS ALIMENTOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA COMBINAÇÃO DAS TÉCNICAS DE PRISÃO E EXPROPRIAÇÃO PARA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO	8,75	4,25	4,0	59,5	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
45.	DOUGLAS ALVES MEDEIROS	AS NOVAS TECNOLOGIAS NA REDUÇÃO DO CUSTO DE CONFORMIDADE À TRIBUTAÇÃO: ENTRE A MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MACEIÓ	7,75	4,0	5,0	59	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
46.	CÍCERO ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA	ATIVISMO JUDICIAL NA SUPREMA CORTE BRASILEIRA: NECESSIDADE PARA GARANTIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO OU VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES?	6,5	7,5	4,5	59	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO


CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO

47.	JULIANA MENESES SOUZA MORAIS	O IMPACTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA APOSENTADORIA ESPECIAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA IMPOSIÇÃO DA IDADE MÍNIMA COMO CRITÉRIO PARA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL SEUS EFEITOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES	7,0	5,0	4,75	57	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
48.	ROBERTO JOAQUIM DA SILVA	INOVAÇÃO E DISTRAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O USO DE DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	7,0	2,0	6,0	56	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
49.	CLEVERTON DA FONSECA CALAZANS	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS POR CONTEÚDOS GERADOS POR USUÁRIOS, NO CONTEXTO DE DISCURSO DE ÓDIO, FAKE NEWS E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR	7,5	4,5	4,0	55	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
50.	KATHERINE MARIA CAJUEIRO CAMERINO TEIXEIRA	ABANDONO AFETIVO DO IDOSO: A TRISTE REALIDADE SOCIAL E A IMPORTANTE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ – AL	6,0	4,5	4,35	50,4	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
51.	ALANA CARINA DE BARROS LIMA DANTAS PEIXOTO	O USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E ACESSO À INTERNET COMO FORMA DE INSTRUMENTALIZAR E DESENVOLVER PEQUENOS NEGÓCIOS: ANÁLISE DE UM MEIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS	6,0	5,0	4,0	50	APROVADO E NÃO CLASSIFICADO
52.	JOÃO MARCOS FRUTUOSO AZEVEDO	CORRUPÇÃO, EDUCAÇÃO E BENS JURÍDICOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	6,25	Faltou	6,0	49	NÃO CLASSIFICADO
53.	SIDINEI REIS DOS SANTOS	INOVAÇÕES TECNOLÓCIAS COMO INSTRUMENTOS MITIGADORES DE RISCOS E AUMENTO DA ENFICIÊNCIA NAS CONCESSÕES PÚBLICAS E PPPS	6,0	Faltou	Faltou	24	NÃO CLASSIFICADO
54.	JOSE RICARDO MORAES DE OMENA	POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS APLICADAS À TUTELA DE BENS JURÍDICOS VINCULADAS AO ORDENAMENTO JURÍDICO VISANDO O DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NA ÉRA DA INFORMAÇÃO	6,0	5,0	Faltou	34	NÃO CLASSIFICADO

CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO

Maceió, 16 de dezembro de 2024.

PROF. DR. FERNANDO SÉRGIO TENÓRIO DE AMORIM
Coordenador

PROF. DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Vice-Coordenador